

## O Processo de (Re)Ocupação do Noroeste do Paraná nas Versões Oficiais e na Memória Popular

Prof. Dr. Maurílio Rompatto<sup>1</sup>

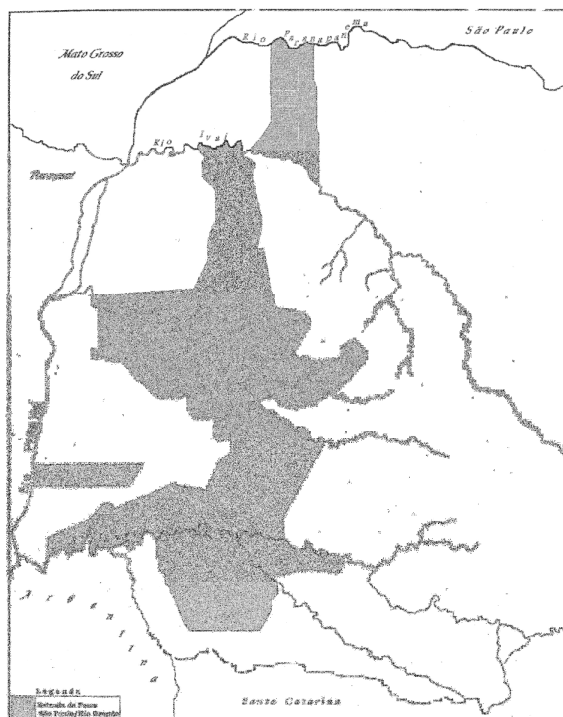
Resumo: Ao se constatar que a região noroeste do Estado do Paraná, região onde se encontra inserida a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA, é uma região de “ocupação” recente, em que sua história pode ser escrita fazendo-se uso da história oral, propomos em 1998 um projeto intitulado “Projeto Memória do Noroeste do Paraná – Microrregião de Paranavaí”. Nesse mesmo ano o Projeto foi apresentado no *I Fórum das Faculdades Estaduais*, através de comunicação intitulada “A Memória da Colonização do Noroeste Paranaense – Microrregião de Paranavaí: a experiência e a proposta da Pesquisa” (1998). Durante a comunicação, que inclusive foi publicada nos anais daquele fórum, pontuamos que o curso de História da FAFIPA “oportuniza não só a formação do professor e do profissional da história, mas, sobretudo, a formação do pesquisador nessa área de estudo e que pelo fato de sua clientela ser constituída por alunos de Paranavaí e de cidades vizinhas e principalmente dessas últimas, donde vem sua maioria, percebe-se a possibilidade de através deles realizar pesquisas de iniciação científica, em suas cidades” (ROMPATTO, 1998, p. 19). A justificativa para esse Projeto foi a de que Paranavaí e cidades vizinhas se encaixam nas chamadas cidades de “ocupação” recente, onde existe uma facilidade grande de aplicação do depoimento oral ou da chamada memória viva como fonte de pesquisa, já que algumas pessoas consideradas “pioneiras” que acompanharam praticamente todo processo de transformação da região, nos últimos setenta anos, desde sua (re)ocupação, ainda se encontram na região e que a história dessas transformações testemunhadas por essas pessoas pode ser resgatada por elas e por seus descendentes, via tradição oral. A maioria dos alunos que cursa História na FAFIPA vem de Paranavaí e dos municípios vizinhos, que com estes abrange uma vasta área por quase toda a região noroeste. Assim os alunos inscritos no Projeto Memória se tornam importantes catalisadores da informação oral da região. Além dos depoimentos orais os alunos podem pesquisar também documentos e fotografias antigas dessas localidades. Neste caso, a identificação do pesquisador com o objeto de estudo viabiliza a pesquisa da história local pela metodologia da história oral, uma vez que os entrevistáveis (no caso, os pioneiros da colonização) podem ser encontrados entre seus vizinhos ou até mesmo entre seus pais e avós. A partir dessa constatação e da aprovação do Projeto em caráter institucional, iniciamos a execução do mesmo na construção de fontes de estudos para a história da região. Porém, logo que se deu início a pesquisa, os resultados se revelaram surpreendentes, na medida em que apontavam para a existência de duas versões históricas acerca da colonização da região; uma versão comportada e sem conflito que vem da história oficial e outra versão muito diferente da primeira oriunda da memória popular. A história oficial pode ser encontrada em documentos veiculados pelas colonizadoras e pelas prefeituras dos municípios da região, através de seus históricos, assim como de outras formas de publicações, tais como livros, revistas e jornais. A memória popular pode ser encontrada a partir da história oral. Da versão popular presente na oralidade emerge uma história cheia de conflitos, mas que os meios oficiais por razões “escusas” não têm interesse em divulgar. Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo fazer uma breve discussão em torno dessas duas versões históricas sobre a colonização da região noroeste do Paraná, microrregião de Paranavaí.

Palavras-chave: história, memória, colonização, noroeste, Paranavaí.

## Introdução

A região noroeste do estado do Paraná foi ocupada e (re)ocupada em vários momentos da história. Na pré-história a região é marcada pela presença humana de populações de caçadores e de coletores, tais como os Humaitá e os Umbu (MOTA, 2005, p. 13). De 1610 a 1632 os padres jesuítas reuniram índios Guarani em reduções na região que à época pertencia à província espanhola Del Guairá. Por volta de 1632 estas reduções são destruídas por bandeiras oriundas de São Paulo, que tinham por objetivo apresarem os Guarani e levá-los como escravos para São Vicente-SP. No final do século XVIII a região voltou a ser explorada pelo homem branco que buscava por ouro e diamantes. Durante todo o século XIX a região foi incursionada por expedições oficiais e particulares em busca de riquezas e de um caminho para Mato Grosso. É dessa época também a fundação de colônias indígenas e de colônias militares por parte dos governos do Império e da Província do Paraná, que tinham por meta proteger o homem branco na conquista dos territórios dos Kaingang (IDEM, p. 38).

A (re)ocupação “moderna” do noroeste teve início a partir do final do século XIX e início do século XX. Na tentativa de ocupar o interior do país (os chamados espaços “vazios”), a União através do decreto imperial n.º 10.432, de 9 de novembro de 1889, fez uma concessão de terras ao engenheiro João Teixeira Soares para que este construísse uma estrada de ferro ligando Itararé-SP a Santa Maria do Monte-RS. Estrada essa que atravessaria o interior do Paraná. Para essa finalidade, João Teixeira Soares criou a CEFSPRG (Companhia Estrada de Ferro São – Rio Grande) e teve como sócia o grupo Brazil Railway Co., com sede em Nova Iorque. Em território paranaense essa concessão abrangia 2.100.000 hectares de terra, que foi reconhecida pelo governo do Estado, através do decreto n.º 613, de 4 de setembro de 1917. Em 1920 a CEFSPRG transfere 1.700.000 hectares à sua subsidiária BRAVIACO (Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A), conforme o mapa abaixo, para que esta construísse uma ferrovia a partir da Estrada de São Paulo-Rio Grande ligando-a ao interior do Estado por meio de um ramal que passaria por Guarapuava, chegando a Foz do Iguaçu.



Fonte: WESTPHALEN, 1968.

Dessa concessão, coube a BRAVIACO a chamada Gleba Pirapó (dentre outras áreas que se estendiam pelo interior oeste do Estado, conforme demonstra o mapa acima). Com 317 mil hectares de terra, esta gleba abrangia toda a região entre os rios Pirapó, Ivaí e Paranapanema (conforme demonstra o mapa abaixo).

Por volta de 1929, a BRAVIACO leva para a Gleba Pirapó cerca de 1.200 famílias nordestinas com o objetivo de derrubar a mata, plantar café e criar gado, constituindo-se assim a Fazenda Brasileira, de onde os jagunços não deixavam ninguém sair (MARCELO, 1988).



Fonte: MARCELO, 1988.

Anos depois, e em meio a “Revolução” de 1930, Getúlio Vargas procura cancelar todas as concessões de terras a empresas estrangeiras que não vinham contribuindo para o processo de povoamento dos chamados espaços “vazios”. Assim todas as concessões feitas a Brazil Railway Co. e à Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande foram consideradas nulas por determinação do governo federal. O não cumprimento do acordo em que a BRAVIACO se encarregava da construção do dito ramal entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, levou o primeiro interventor no Paraná, Mário Tourinho através do decreto estadual n.º 300 (de 11/11/1930) a anular também as concessões feitas a essa empresa. Com isso, a área de terras que fazia parte da Fazenda Brasileira voltou ao patrimônio do Estado. Os cafezais já plantados tiveram que ser abandonados e as famílias que haviam migrado do nordeste ficaram sem rumo, muitas foram para outras regiões do Estado ou do país e outras permaneceram no local, na condição de posseiras.

Em 1933, o segundo interventor Manoel Ribas projetou a colonização da área, criando a Colônia Paranavaí (MARCELO, 1988, p. 58). Porém, a regularização das terras teria início apenas em 1944 quando o governo do Estado envia para a região o engenheiro Francisco de Almeida Faria para que este viabilizasse a titulação das terras. Esta regularização se fez cedendo títulos a pequenos e médios posseiros, entre os que já se encontravam na região desde tempos remotos ou “cedendo” áreas inteiras à companhias colonizadoras particulares que procuram colonizar a região, para que estas procedessem ao rápido processo de ocupação das terras, tendo em vista as grilagens que vinham ocorrendo.

Já em 1934, o Secretário de Fazenda e Obras Públicas do Paraná Othon Mader, alertava Manuel Ribas da necessidade de impedir essa prática, onde segundo ele:

“usurpadores se apossam com golpes de audácia, apoiados em falsos documentos e auxiliados pela conivência de inescrupulosos funcionários públicos e serventuários da justiça...” (MADER, 1934, p. 15).

Enquanto Paranavaí e municípios vizinhos tiveram origem da (re)ocupação oficial, ou seja, da Colônia Paranavaí pertencente ao Estado, os demais municípios da região surgiram da iniciativa privada, foram colonizados por empresas particulares, a exemplo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná S/A que ficou famosa por colonizar a maior parte da região. Segundo Wesley Bandeira Silva através de seu Projeto PIBIC (2011) vinculado ao Projeto Memória (2011), “não se pode dizer que a CMNP colonizou todo o noroeste do Paraná, uma vez que a Colônia Paranavaí foi colonizada pelo próprio Estado, e que de algum modo até fazia concorrência a Melhoramentos” (MARCELO, 1988, p. 61)

Citando Marcelo, Bandeira explica que a Companhia Melhoramentos só vendia a dinheiro, enquanto o Estado podia fazer “concessão” de terras por requerimento, uma vez que na área da Colônia Paranavaí eram terras “devolutas” (MARCELO, 1988, p. 58). De acordo com a Lei de Terras de 1850 (ainda em vigor à época) essas terras seriam dos posseiros que as ocupavam. Em seu Art. 5º, a Lei de Terras diz que: “serão legitimadas as posses mansas e pacíficas, adquiridas por ocupação primária, (...), que se acharem cultivadas, ou com princípio de cultura e morada habitual do respectivo posseiro”. Porém, não foi bem assim que aconteceu. Aos poucos foi se descortinando o potencial econômico da região. O solo fértil a agricultura e à pecuária, e principalmente, à cafeicultura promoveu a rápida valorização das terras, despertando o interesse do grande capital, onde poderosos grupos econômicos passaram a disputar área e, em meio às disputas poucos posseiros conseguiram permanecer na terra.

O Estado não conseguiu fazer frente aos interesses dos poderosos e diante das pressões os governantes acabaram cedendo, permitindo a iniciativa privada a apropriação de algumas áreas “devolutas” da região. Foi assim que em 1946, o engenheiro Francisco Beltrão tomou posse de 17 mil hectares da Colônia Paranavaí. Área essa que corresponde hoje ao atual município de Tamboara (IDEM, 1988, p. 66). Sua colonização teve início em 1947 e foi realizada pelo citado engenheiro, através da Sociedade Técnica Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda. Além de Tamboara, outras áreas “menores” da antiga Colônia Paranavaí foram, mais tarde, apropriadas pela iniciativa privada. Como se deu o processo de apropriação dessas áreas é algo que ainda merece ser pesquisado.

### **Metodologia - “entre a história documental e a história oral”**

São poucas as fontes escritas disponíveis a quem estuda a história da região noroeste. Por tratar-se de uma região de “ocupação recente” quase não existem museus (arquivos públicos) ou outras fontes que neste caso possam contribuir para sua pesquisa histórica. Assim a história oral se torna não só uma opção, mas como uma das poucas fontes disponíveis para o estudo da região. Porém, o historiador que se utiliza da história oral, quase sempre esbarra no preconceito da tradição positivista que têm por hábito considerar histórico apenas o fato registrado nos documentos escritos. A tradição positivista se baseia no fato emitido a partir de documentos, como se fossem a mais pura expressão da verdade. Como se os fatos tivessem suas origens nos documentos e não nos sujeitos que a constroem (ROMPATTO, 2010, p. 4). Segundo Jacques Le Goff, “com a escola positivista, o documento triunfa” (2003, p. 529).

Em geral, esse preconceito vem fundamentado na dúvida que muitos têm em relação à veracidade do documento oral. Segundo Costa, para os historiadores tradicionalistas ou positivistas, “a entrevista pode estar eivada de inverdade ou mesmo constituir uma *memória seletiva*”. O próprio Costa rebate essa crítica e diz que a inverdade pode estar implícita



também no documento escrito (COSTA, 1978, p. 17). Conforme Marc Bloch “nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais também, podem ser falsificados (...) ‘com tinta, qualquer um pode escrever qualquer coisa’” (2001, p. 89). Em suma, todas as fontes são suspeitas. Deste modo qualquer documento histórico pode estar eivado de inverdade, pois não há uma verdade absoluta e sim “verdades” relativas construídas segundo interesses os mais diversos.

Apesar do preconceito e da resistência acadêmica entre os “historiadores tradicionalistas” ou positivistas, em relação ao documento oral, a oralidade como fonte de pesquisa vem ganhando força, principalmente, entre os que a aceitam como expressão de realidades vividas por pessoas, ou por grupos de pessoas de diferentes culturas e, particularmente, por grupos que não detêm a escrita para registrar sua história. Para esses historiadores livres de preconceitos e desejosos de uma pesquisa histórica sem exclusão deste ou daquele grupo social, a cultura expressa na oralidade uma vez registrada, gravada e transcrita, sua transcrição transforma-se numa importante criação documental, nem mais e nem menos válida que o documento tradicional. Ou seja, o texto produto da transcrição do depoimento oral torna-se uma importante fonte de pesquisa como qualquer outra fonte que possa merecer entre seus “pares”, os documentos escritos tradicionais, o status de documento histórico (ROMPATTO, 2010).

Como a documentação escrita sobre a região noroeste é rara, a história oral se torna sua principal fonte de pesquisa. Segundo Fevre, a história se faz com documentos escritos, “quando estes existem” – diz ele, mas pode-se fazer “sem documentos escritos”, quando estes não existem (*Apud*: LE GOFF, 2003, p. 530). Neste caso, cabe ao historiador construir suas próprias fontes.

Em geral os estudos sobre a história regional do noroeste do Estado se apóiam em construções realizadas pelos agentes oficiais da colonização ou em documentos escritos por eles. Segundo Lúcio Tadeu Mota, um estudioso no assunto, esses agentes oficiais são constituídos pela burocracia estatal e pela burocracia privada, pelos veículos de propaganda das colonizadoras e do Estado, onde seus documentos tornam-se os portadores da verdade sobre o fato “colonização” (MOTA, 2005). As informações que sustentam esses documentos são cunhadas a partir das informações ou da compreensão que os colonizadores têm de si mesmos não levando em conta acontecimentos como “invasões”, “conflitos”, que ocorreram durante a colonização. Em vez disso, diz Mota, ressaltam outros acontecimentos mais de acordo com seus interesses (2005, p. 74).

Entre as décadas de 1930 e de 1960 o fenômeno da (re)ocupação do noroeste foi intensamente estudado pela academia. Nesse período, diz Mota, a região foi “... alvo de visitas, passeios científicos, etc. Os relatórios das visitas, artigos, e outros escritos dos geógrafos foram publicados, pela *Revista Brasileira de Geografia*. Esses trabalhos são bastante utilizados como fontes de referência para inúmeros textos acadêmicos acerca da região” (MOTA, 2005, p. 75). Com isso, os estudos acadêmicos realizados a partir da *Revista Brasileira de Geografia* tanto endossam o discurso oficial do colonizador como lhe dá o status de conhecimento científico ou de documento histórico segundo a tradição positivista. Exemplo disso é um artigo publicado em 1950, pelo geógrafo Nilo Bernardes, no qual explica como o Estado vinha sendo ocupado. Nesse artigo Bernardes apresenta mapas “que demonstram como foram preenchidas as zonas desabitadas do Estado no correr dos anos” (IDEM, 2005, p. 76). Nessa demonstração: “o autor apresentou o norte e o oeste (ou seja, o noroeste) do Estado como um vasto sertão”. Ou seja, o termo sertão aqui empregado por Bernardes é, segundo Mota, o mesmo que “vazio demográfico”.

Assim os trabalhos acadêmicos subsequentes, que têm por fonte os artigos da *Revista Brasileira de Geografia*, são unânimes em afirmar a idéia de que o noroeste do Paraná antes dos colonizadores (dos ‘pioneiros’) era “um enorme vazio demográfico” pronto a ser ocupado

por migrantes vindos de várias partes do país e do exterior. Deste modo, diz Mota “se os geógrafos cunharam as expressões, ‘sertão, terras devolutas, boca do sertão, mata virgem’ para designar que a região era um ‘espaço vazio’ e as repetiram em seus trabalhos, os sociólogos e historiadores também as repetiram e deram continuidade a essa tradição de afirmar que os territórios colonizados no século XX estavam desabitados” (IDEM, p. 77).

As prefeituras dos municípios da região noroeste na tentativa de registrar suas origens elaboram um documento denominado histórico. Todo município possui um histórico ou uma história oficial. Entende-se por oficial, os estudos elaborados numa situação em que um grupo ou classe social procura exercer o poder formal em determinado espaço e, para isso, adota como base factual documentos elaborados por membros da elite dominante ou pelo aparato burocrático estruturado para o exercício de seu poder (SÁ & TOMANIK, 1998).

Ainda hoje a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) exerce forte influência sobre a construção histórica da região. O aluno João Victor Piveta Chiaragatto, através de seu Projeto PIC, vinculado ao Projeto Memória (2004), cita uma passagem do histórico de Terra Boa-PR, onde sugere que a maior parte da região noroeste pertencente a essa Companhia se constituía em um imenso vazio demográfico: “A Região onde hoje se situa o município de Terra Boa era uma área totalmente ocupada pela floresta, que pertencia a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, assim como todo Norte e Noroeste do Paraná”. Porém, em entrevista realizada por Chiaragatto (PROJETO MEMÓRIA, 2004) com um “pioneiro” de Terra Boa este contradiz a idéia emitida pela Companhia Melhoramentos de que a região tenha sido um grande vazio demográfico, segundo ele: “quando cheguei (1950) tinha uma tribo de índios... E aconteceu o seguinte, fugiu um ‘indinho’, de uns oito anos mais ou menos, passou por Cianorte, e os padres de Cruzeiro do Oeste, pegaram o menino, um índio”.

Segundo a aluna Sonia Terezinha Sabidussi Herrero, através de sua pesquisa PIBIC, vinculada ao Projeto Memória (2010) afirma que o histórico de Nova Esperança ao mesmo tempo em que enaltece o pioneirismo da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná na colonização do município, corroborando com a idéia de que a região era um vazio demográfico, entra em contradição ao citar que “uma comitiva (composta por diretores e engenheiros da companhia) em suas andanças, em busca de colonização (na região de Nova Esperança) encontrou às margens do córrego Bigui uma pequena capela, construída de tijolos toscos, sem portas, coberta de sapê”. Assim, o fato dos colonizadores terem encontrado uma capela em meio a floresta demonstra que a região havia sido ocupada antes, por outras populações, bem antes da Companhia ter promovido sua (re)ocupação.

A idéia do “vazio demográfico” cunhada pelos poderosos e difundida pela história oficial acaba por formatar ao longo dos anos a ideologia do pioneirismo e produz marcas profundas na memória popular da região. Assim é comum ouvir dos “pioneiros” da (re)ocupação do noroeste, frases feitas como: “aqui quando cheguei não tinha ninguém, não tinha nada, eu fui o primeiro a derrubar a mata, a construir o rancho, a plantar e a criar”. Ao justificar seu pioneirismo o colono até se arrisca em dizer que antes dele não havia mais ninguém habitando o lugar.

Na luta simbólica pelo título de “pioneiro” junto aos meios oficiais (prefeituras, associações, fundações culturais) é comum os entrevistados corroborarem com o discurso oficial do pioneirismo, nos quais o depoente afirma ter chegado primeiro. Ainda hoje muitos são os “pioneiros” da (re)ocupação que reivindicam junto às prefeituras um lugar no *panteão dos fundadores* dos municípios em que habitam (ROMPATTO, 2010, p. 10). O “pioneiro” Joaquim de Carvalho, o popular “Zizo”, que chegou a Paranavaí em 1940, ao ser entrevistado pelo aluno Vagner Merenda Milani (PROJETO MEMÓRIA, 2004) argumenta que na época, Paranavaí: “era mato de fora a fora, não existia cidade... Não existia nada, a primeira pedra que foi assentada aqui em Paranavaí, fui eu”. Ao ser questionado por que escolheu Paranavaí para recomeçar a vida, argumenta que o “motivo pelo qual nós viemos, era por que o norte do

Paraná chamou a atenção da família, pois todo o norte do Paraná tinha um progresso que parecia uma *nova terra prometida*”.

Porém, existem outras falas que mesmo não contradizendo o discurso do pioneirismo revelam uma história bem diferente, desmistificando a idéia de que a região tenha sido uma nova Canaã. Este é o caso de um pioneiro que chegou a Paranavaí em 1943 e foi entrevistado pelo aluno Claudio Ferraz (PROJETO MEMÓRIA, 2004). Segundo ele:

Paranavaí era Brasileira, e tudo era mato... pela estrada de Nova Esperança até aqui gastava um dia e uma noite pra chegar aqui em Paranavaí, chovia muito, pau caía na estrada, a estrada era cheia de buraco, a gente vinha naquele carrinho da Garcia, a Jardineira... Chegamos aqui de noite, ficamos aqui uns dias, depois fomos (aqui pra uma localidade próxima) fazer o campo de aviação pra um fazendeiro lá, a turma dizia que ele mandava matar... Na construção do campo a gente cavava, a gente aplainava, foi quando o fazendeiro chegou lá com dois jagunços com carabina na mão. O “gato” não deixava sair. Ele era empreiteiro e peão não saía do serviço com ele não, se tentava sair, ele colocava a boca da carabina, tinha que ficar até terminar de plantar o café pra depois acertar, como todo mundo... O chefe deles, era bravo chamava L. e a patroa dele chamava T. Lá ele disse: - “Ôceis tão indo pra onde? A gente ia pra Paranavaí, pra Brasileira, ai ele perguntou se a gente não queria ficar trabalhando pra ele..., e tinha quatro peões com ele e tivemos que queimar pra plantar o café. Mais a gente pensou uma coisa e era outra... Até ali a gente não tinha recebido nada, comecei desconfiando, desconfiando; pensei: “não posso ficar aqui e nem fugir... Ai o Z. C. falou com os caras que nós ia sair da fazenda, mais a gente tinha que esperar o fazendeiro aparecer ali pra ver se nós recebiamos... (Enquanto isso três jagunços fortemente armados, dos quais não devemos citar os nomes) ficavam no nosso pé, cada um com um trinta e oito e uma carabina. Ai eu perguntei se o patrão vinha pra cá. Eles disseram: - “não o patrão só está esperando ocêis termina de plantar o café”. - “Qual é o carro dele?” Perguntei. E responderam: - “o carro dele é uma rural, capota grande...”. Ai (um dos nossos) ficou de tocaia. Ai dois jagunços de nomes N. e L., perguntaram: - “O que vocês estão fazendo aqui? Ai os meninos foram encostando com duas carabinas e renderam eles. Eu estava pra trás com (com mais dois colegas) na ponte, esperando o fazendeiro que vinha da Brasileira, ai eles mandaram parar o carro e (um dos nossos), disse: - “este é o fazendeiro, é o dono”. E o fazendeiro disse: - “O que é isso?” Outro disse: - “desce do carro, põe a mão pra cima!” Ai ele desceu, ai um deles ficou tomando conta do carro com mala de dinheiro, cheque, essas coisas, e foram descendo com o fazendeiro... O (administrador da Fazenda) que era tão bravo, pegaram ele e tomaram o 38 dele... E a mulher dele dizia: - “não deixa matar meu marido”. Ninguém ia matar, eu controlava ela e ela dizia: - “Meu fio pelo amor de Deus, ôce é meu amiguinho, trabalha junto comigo na cozinha, não deixa!!!!”. Ai fiquei com dó dela e acalmei ela. Ai eu disse: “Ninguém vai matar ele!!!!”. Ai amarraram o (administrador) num toco. Quando o patrão dele chegou, ele estava amarrado. Ele falou: “Pra quê isso? Solta ele? Vou acertar as contas de vocês!!!!”. Ai soltaram. Ele (o administrador) foi tremendo, tremendo... Daí, o (chefe deles) perguntou: - “Quem sabe fazer conta?” O tal do Z. C. (que era um dos nossos) sabia fazer conta, ele foi fazendo as contas e anotando o tempo que a gente tava ali fazendo roça (trabalhando) que a gente tinha pegado de empreita e ele foi anotando tudo, somou a quantia de dinheiro. E dinheiro pra pagar só no banco em Paranavaí... Nós chegamos aqui em Paranavaí mais de oito horas da noite. Eu disse: - “eu vou descer e ir para a pensão do português”. “Ninguém desce”, Z. C. disse: - “vamos tudo pra delegacia, nós demo o nome de ocêis”. Ai nós fomos tudo molhado, tremendo de frio e com fome. Ai o tenente, o policial levou a gente para o curral das éguas, a antiga cadeia, aqui na Brasileira, era uma cadeia de madeira, de tábuas. Aí prenderam a gente naquele barracão e ficamos naquela cadeia...

(No outro dia) o tenente chamou a gente, um por vez, pelo nome... ‘Fulano de tal’... E perguntava: ‘Quantos anos você tem? E dava conselho pra gente: - “Ah, vai embora, sai daqui, isto aqui está uma mortandade, vai morrer ainda muita gente e vocês vão viver uma vida danada desta, sem receber um tostão de ninguém”. Esse fazendeiro tinha onze jagunços.

Passado alguns dias aqui na cidade, topamos o “gato”, pegamos ele. Eu disse: “você

vai pagar pra nós, nós temos a conta de todo mundo, ou vai pagar pra nós ou vamos te levar pra delegacia!!! Ele pagou. Depois soltemos ele. O “gato” tinha três irmãos e uma jagunçada com ele, tinha uns par deles, tinha o P., era tão ruim que ele ameaçou um peão, prometeu que na hora que levantasse da rede ele ia dar um tiro na cara do peão, aí o peão tacou a espingarda na cara dele, ele morreu dentro da rede, nós tava lá... e tinha outro aí... diziam que era peão, mas era jagunço, todos eles.

Eu saia da fazenda tal... pra colher café em outra... e tinha um tal de Carioca ele me chamou pra ir com ele (trabalhar de jagunço). Eu disse a ele: - ‘Se é besta sô, ocê acha que eu vou deixar de ganhar dinheiro honesto pra ir ganhar fazenda pra doutor fulano de tal e arriscar minha vida e dos outros?!!! Porque tinha que matar ou morrer!!! Desse dia que ele foi pra lá voltou baleado e a gente estava em Guairacá (outra localidade próxima), esperando arrumar o caminhão pra vir embora pra Brasileira... Eu era novo naquela época, e eu fui só olhar o caminhão (carregado de cadáveres de pessoas mortas num conflito de terras na região) e o Carioca olhou pra mim e o “gato” falou: - “Sai daí moleque!” Eu disse: - “Moleque coisa nenhuma!” Eu falei pro Carioca: “Ocê foi arriscar a vida pra ganhar fazenda pra doutor..., agora ocê num vai escapar dessa não, e ele já bem fraquinho... (acabou morrendo)”.

A fala acima revela o conflito social durante o encontro na região de duas frentes pioneiras. O encontro entre a frente formada pelos agentes do capital que procura a região para “adquirir” e ser proprietária da terra (o doutor fulano de tal) e outra frente, a frente composta na maioria por trabalhadores braçais que procura a região em busca de uma “colocação” no trabalho da derrubada da mata e do plantio do café. O método utilizado pelo capital para se apropriar desse trabalho era o de “contratar” a mão-de-obra e ao término do plantio do café o seu agente imediato, o “gato” (acompanhado de um forte aparato formado por jagunços) usa da força para se livrar do trabalhador e com ele do “inconveniente” de ter que pagar pelo serviço prestado, promovendo a acumulação “pioneira” do capital na região.

Além da violência na relação capital e trabalho, os relatos orais do *Projeto Memória Noroeste do Paraná – Microrregião de Paranavaí* revelam também a violência na disputa pela terra, incluindo verdadeiras batalhas entre jagunços que disputavam terras em favor de seus patrões (“dos doutores”), como no relato acima em que o próprio depoente recusou participar de uma disputa dessas e ainda viu seu companheiro morrer baleado: “Eu disse a ele: - ‘Se é besta sô, ocê acha que eu vou deixar de ganhar dinheiro honesto pra ir ganhar fazenda pra doutor fulano de tal e arriscar minha vida e dos outros? Como jagunço de Doutor tinha que matar ou morrer!’”.

Ainda sobre a violência na região, Francisco Domingues Alves, outro “pioneiro” de Paranavaí entrevistado pelos alunos Cicera F. da Silva Dias, João Carlos Marques e Maria Regina C. Faria (PROJETO MEMÓRIA, 1998), quando perguntado pelos entrevistadores “se havia muitas mortes em Paranavaí?”, ele diz que ao chegar, em 1948, teve que se hospedar em um hotel da cidade: “eu tava com quatro companheiros que vinham comprar terra, daí a pouco ouvi uns tiros, seis tiros. Um cara matou outro dormindo no quarto. O coitado comprou a fazenda do grileiro e os caras (jagunços) vieram matar ele...”.

Outra “pioneira” que chegou em 1948, ao ser entrevistada pelos alunos Cláudio Ferraz, Elen Galdino e José Carlos Francisco Lopes (PROJETO MEMÓRIA, 1999), diz para os entrevistadores, que em Paranavaí: “... era tudo resolvido através da bala... Por isso que teve muitos ricos, com muito dinheiro, com muitas fazendas, muitas coisas, é porque era grilo de terra... o coitadinho do pequeno vinha e abria a terra e quando ele tava ali, esperando um fruto daquela terra, vinham os jagunços pagos por alguém e matava a família inteira”. A mesma reforça ainda que era comum a posse ilegal de terras mediante falsas escrituras ou até mesmo com o uso da violência: “Exatamente, as terras eram realmente posses e no fim davam a escritura pra outro, o que tinha posse não queria entregar, com isso tinha intriga, muita briga e muitas mortes, dificilmente no necrotério (de Paranavaí) não tinha três ou quatro mortos no final do dia, era muito difícil não ter”.

Segundo Nelson Dácio Tomazi, em seu texto *“Construções e silêncios sobre a*



*(re)ocupação da região norte do estado do Paraná*” (1999), após o Estado cancelar a concessão da Fazenda Brasileira à BRAVIACO, a região noroeste ficou entregue ao acaso, “transformando-se numa área em que as mortes tinham lugar comum”. Entre os homens mais violentos da região, citado por Tomazi, encontravam-se Aquiles Pimpão e o tenente Telmo Ribeiro. Pimpão era homem de confiança do interventor Manoel Ribas, era quem mandava na região desde Londrina até Paranavaí. Foi ele quem levou Telmo Ribeiro para a colônia Paranavaí em 1938, com a função designada pelo interventor para “limpar” a área da antiga concessão dada à BRAVIACO (TOMAZI, 1999, p. 70). A pioneira citada acima, quando perguntada pela equipe de Claudio Ferraz (PROJETO MEMÓRIA, 1999), quem mandava na região? Ela responde sem medo de errar: “o Pimpão e o Telmo Ribeiro”.

Um “pioneiro” entrevistado pelo aluno Damasco França Lima (PROJETO MEMÓRIA, 2004) afirma que “aqui (Paranavaí) tinha um picadão que eu cuidava com espingarda nas costas, falo e não tenho medo, era com ordens do ‘capitão’ Telmo”. Trata-se de um picadão aberto por incumbência de Telmo Ribeiro ligando Paranavaí a Maringá pela antiga estrada boiadeira, uma vez que o objetivo do governo paranaense era impedir a entrada de grileiros do Estado de São Paulo, por uma picada aberta, que ligava Presidente Prudente-SP a região noroeste do Paraná. (MARCELO, 1988, p. 58).

Ao explicar a função desempenhada por Telmo Ribeiro na colonização da região noroeste, Tomazi explica que ele não era capitão com patente, era apenas tenente, mas como o próprio Tomazi diz: “se tratava de um capitão do tipo promovido pela ‘vontade’ local” (1999, p. 70). Segundo o pioneiro entrevistado por Claudio Ferraz (2004) o capitão Telmo “não era capitão coisa nenhuma, porque se formou na polícia não, era capitão daqueles que o povo antigo chama ‘capitão’, ‘coronel’...”

Apesar de sua “polêmica” participação na colonização da região noroeste, Telmo Ribeiro tem lugar de destaque na história oficial de Paranavaí, tendo sido, inclusive, lembrado pelo poder público que lhe rendeu homenagem colocando seu nome em uma das avenidas da cidade. Nesse sentido, é bastante razoável que muitos trabalhadores que chegaram a Paranavaí nas décadas de sua (re)ocupação e que com seu trabalho contribuíram pela construção da localidade, lutem por um lugar em sua história. É justo, inclusive, que muitos ainda reivindiquem junto aos órgãos oficiais o título de “pioneiro”.

Segundo Tomazi, criou-se por toda a região noroeste “uma galeria de personagens intitulados pioneiros, procurando-se, assim, enaltecer a figura de determinadas pessoas e colocar na ação de alguns indivíduos, a força da pujança regional” (TOMAZI, 1999, p. 74). Continua o autor, argumentando no sentido de que algumas pessoas são elevadas à categoria de exemplo maior, que devem ser veneradas, como se fossem os emissários do progresso, mas ao mesmo tempo, este “discurso oficial”, silencia-se sobre os demais participantes deste processo. Tal fato gera “uma fantasmagoria para silenciar e se fazer esquecer todos aqueles que realmente derrubaram a mata e construíram a cidade” (IDEM, p. 75).

Em estudo recente, também vinculado ao Projeto Memória, Cássio Guilherme ao estudar a história de Nova Londrina, revela que “a situação vivida pelos trabalhadores braçais na região” é, segundo ele, “digna de pena” (GUILHERME, 2010, p. 16). Um de seus entrevistados, o senhor Jair Rezende faz uma revelação no mínimo curiosa, quando perguntado se ele, que trabalhou para os “pioneiros”, também se considerava um deles? Eis a resposta:

Então, nós trabalhava para esse povo... A nossa vida nós levava era na roça. Nós plantava, colhia, trabalhava pros outros, colhi café, colhia algodão, amendoim... Eu fui um dos pioneiros. Eu, meu pai foi um pioneiro, meus irmãos foram pioneiros. Mas os pioneiros de Nova Londrina, que eles contam como pioneiros, são pessoas que teve dinheiro, são pessoas políticas. Então pra eles, os pioneiros são esses. Mas eles estão enganados, porque eles não foram pioneiros. Pioneiro verdadeiro foi

aquele que chegou e ajudou a construir a cidade e não é o que chegou e achou pronto, você entendeu? (IDEM, p. 17)

Em nosso trabalho de mestrado intitulado *O Vale Esquecido: Memórias da Luta pela Terra, em Nova Aurora-Paraná, desde os anos 50*, defendido na PUC/SP, em 1995, constatamos entre outras coisas, que a tentativa de se eleger alguns “pioneiros” em detrimento de outros, possui alguns objetivos bem definidos, entre os quais o de “ocultar desigualdades e conflitos sociais que marcaram a história da colonização da região”. Além do que, o pioneirismo é sempre usado “pela elite local como suporte para sustentar seu discurso dominante”. Neste caso, “há uma escolha deliberada de quem será considerado pioneiro” (ROMPATTO, 1995, p. 125).

Maria Célia Paoli, em *Apresentação* ao livro de Tereza Caldeira, *Memória e Relato - A Escuta do Outro* (1992), afirma que ao longo da história da humanidade, as classes dominantes selecionam os fatos da história que marcam suas vitórias e os celebram como a vitória de todos (PAOLLI, 1992, pp. 63-64). Da mesma forma que no campo da memória as classes dominantes procuram representar ou celebrar suas vitórias através de monumentos históricos, tornando-os monumentos históricos da humanidade, as elites locais dos municípios paranaenses que surgiram da (re)ocupação moderna, na luta simbólica por sua hegemonia constroem seu monumento aos pioneiros, homenageando-os em nomes de ruas, avenidas e praças. É muito difícil uma cidade da região noroeste (assim como das regiões norte e oeste) do Estado do Paraná, oriunda da (re)ocupação “moderna”, que não tenha sua “Praça dos Pioneiros”.

O critério usado por essa elite para eleger o migrante como “pioneiro” é esse ter chegado com a colonização, conquistado a propriedade da terra e alavancado o progresso do lugar. Assim o título de pioneiro se torna como uma espécie de troféu dessa conquista, excluindo-se dessas homenagens aqueles que não a conquistaram, os trabalhadores braçais, ou aqueles que foram expulsos da terra pela própria colonização, no caso dos índios e dos posseiros caboclos que a muito tempo viviam na região.

Em Nova Aurora, alguns migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, e que hoje são considerados os “pioneiros” do município, se lembram dos posseiros caboclos. Um deles até confirma que “antes de nós existiram outros aí, famílias de paranaenses, quem sabe da década de 1930, ou de antes... Mas na medida em que foi chegando outros aí, eles foram saindo” (ROMPATTO, 1995, p. 33).

### **A história ambiental na memória local**

As empresas imobiliárias que colonizaram a região noroeste investiram pesado em propaganda. A Imobiliária Ipiranga, de Borelli & Held Ltda., que colonizou Alto Paraná enviava seus corretores a várias partes do país. Com mapas e panfletos esses corretores procuravam divulgar a terras que queriam vender em Alto Paraná. Durante entrevista realizada pela aluna Rosely Maria Fontes Blanco (PROJETO MEMÓRIA, 2004) o “pioneiro” Pedro Garcia, diz que a imobiliária fazia “um amplo marketing de divulgação e trazia pessoas, fazia lotação de ônibus, de carro, peruas, (a partir de Londrina, onde era sua sede). Foi assim que ela trouxe meu pai, meus irmãos mais velhos pra cá, em 1949”, completa ele.

Em 1951 a Imobiliária Nova Londrina Ltda., para vender as terras de Nova Londrina fez um filme-propaganda com quatorze minutos de duração. Trata-se da maior filmagem sobre a colonização de toda a região noroeste de que se tem notícia. Com a intenção de fazer a propaganda e convencer possíveis compradores de terras, o filme foi rodado como trailer publicitário em vários cinemas do Brasil (GUILHERME, 2010). O curta-metragem exhibe a mata virgem, o solo fértil, onde aparece o agricultor derrubando a mata, descoivando, queimando troncos, esbulhos e plantando mudas de café. O apresentador do curta narra com

entusiasmo as possibilidades econômicas da região. Em sua narrativa enaltece também as qualidades ambientais, ao falar que se trata de “uma região de mata virgem, água cristalina e ar puro”. Porém, as próprias imagens do curta mostram a situação desoladora causada pelas queimadas. O sol no horizonte quase não brilha dada a quantidade de fumaça que o encobre.

As alunas Danielle Muscovicky, Giuliani Seron Olivatti, Helena Bony, Idália Buss, Kelly Frasson e Tatiane Palmiére, da primeira turma do curso de História da FAFIPA (1997-2000) realizaram importantes entrevistas com pioneiros de Alto Paraná (PROJETO MEMÓRIA, 1998). Em uma delas, o “pioneiro” Mário Canapini, afirma que ao chegar com sua família, em 1949, Alto Paraná “...era um queimada só... Ficamos sofrendo, com medo de morrer, porque toda noite era gente morta!”. Segundo ele: “Eles bebiam água (contaminada) com cinza da queimada e iam morrendo”. Em outra entrevista, realizada pelas mesmas alunas, a “pioneira” Clementina Pedruzzi, corrobora com a fala do senhor Mário, segundo ela ao chegar a localidade em 1950, também presenciou o desmatamento e o que se via “era mato queimando, fumaça, as crianças (dela) choravam dia e noite, com dor nos olhos e disenteria. Muita criança morreu naquele tempo!”, diz ela. Pois era muito comum as pessoas sofrerem de doenças respiratórias causadas pela fumaça das queimadas. Esses problemas aliados a falta de assistência médica faziam muitas vítimas na região. Assim, com os depoimentos orais do Projeto Memória a idéia ou o mito veiculado pela propaganda da colonização de que a região era um paraíso de “mata virgem, água cristalina e ar puro” não se sustenta, sendo facilmente desconstruído pela evidência oral.

## Conclusões

É, importa salientar que o processo de colonização da região noroeste, dirigida pelo Estado e empreendida por companhias particulares, deve ser compreendido (segundo Lúcio Tadeu Mota) como sendo um processo de “(re)ocupação”, pois, quando o Estado e as companhias colonizadoras decidiram povoar a região, a partir da década de 1920, ela já era ocupada por populações indígenas e caboclas (MOTA, 2005). Contudo, para legitimar a posse dessas terras os colonizadores procuram divulgar em seus documentos ou publicações oficiais a história de uma ocupação pioneira encobrendo os problemas e as contradições do processo de (re)ocupação. Assim, dificilmente a fonte oficial irá revelar o modo pelo qual a região noroeste foi (re)ocupada, apontando para seus problemas e contradições, ou seja, para seus conflitos.

Além disso, essa modalidade discursiva que procura justificar o pioneirismo dos colonizadores e camuflar as contradições do processo de (re)ocupação, encontra-se ainda muito difundida na história regional do noroeste, tanto em livros acadêmicos e didáticos, quanto em revistas ou até mesmo nos jornais locais.

Para desconstruir essa história oficial, cabe ao historiador dar vez e voz as falas dos moradores das localidades do noroeste, para que esse discurso oficial não seja a única fonte sobre a história da região. Porém, nunca é demais lembrar que em se tratando de história regional do noroeste, há muito por fazer, e em se tratando de história oral (ou se sua metodologia) se o trabalho não for feito logo, com uma relativa urgência, corre-se o risco de se perder toda essa historicidade, ainda muito viva na memória popular.

## Referências bibliográficas

*ARQUIVO DO PROJETO MEMÓRIA DO NOROESTE DO PARANÁ – Microrregião de Paranaíba. Acervo de entrevistas realizadas no período de 1998 a 2011.* Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba. Paranaíba-PR, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CORREA, Carlos Humberto P. *História oral: Teoria e Técnica*. Florianópolis. Ed. UFSC, 1978.

GUILHERME, Cássio Augusto S. A. *Nova Londrina-PR: O processo de (re)ocupação (1950) e a “politicagem interiorana” nos “anos de chumbo” da Ditadura Civil-Militar (1968-1969)*. Revista História Agora n° 9, Nov/2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão. 5.ª Ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEI DE TERRAS. *Lei n.º 601, de 18 de Setembro de 1850. Presidência da República – Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos*. Texto disponível no site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm).

MADER, Othon. *Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios de Fazenda e Obras Públicas*. Biblioteca Pública do Estado do Paraná, 1934.

MARCELO, Paulo. *História de Paranavaí*. Prefeitura Municipal de Paranavaí-PR, 1988.

MOTA, Lúcio Tadeu. *História do Paraná: ocupação humana e relações inter-culturais*. Maringá: Eduem, 2005.

PAOLLI, Maria Célia. “Apresentação”, in: *Teresa Caldeira, Memória e Relato - A Escuta do Outro*. São Paulo: DPH, 1992.

ROMPATTO, Maurílio. *Piquiri – O Vale Esquecido: Memórias da Luta pela Terra, em Nova Aurora-Paraná, desde os anos 50*. São Paulo: PUC, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Memória da Colonização do Noroeste Paranaense – Microrregião de Paranavaí: a experiência e a proposta da pesquisa*. Paranavaí-PR: Anais do I Fórum das Faculdades Estaduais do Paraná, 1998, pp. 17-18.

\_\_\_\_\_. *A escolha do objeto de pesquisa em História Regional*. Umuarama-PR: Akrópolis, V. 9, n.º 01, Jan/mar/2001, pp. 45-52.

\_\_\_\_\_. *A oralidade como fonte de pesquisa em História Regional*. História Agora: a revista de história do tempo presente. n° 9, Nov/2010.

SÁ, Luiz Carlos Tavares de e TOMANIK, Eduardo Augusto. *Reconstrução histórica da (re)ocupação do Noroeste do Estado do Paraná: Versões oficiais e situações vivenciadas*. Maringá: UEM, 1998.

TOMAZI, Nelson Dácio. *Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do estado do Paraná*, in GONÇALVES, José Henrique Rollo e DIAS, Reginaldo Benedito. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999.

WESTPHALEN, Cecília (e outros). *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba: Boletim da UFPR, n° 7, Conselho de Pesquisa. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, 1968.



---

<sup>1</sup> Professor do curso de História da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Paranavaí. UNESPAR/FAFIPA.